



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ SECRETARIA DE
GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA**

**PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE FILTROS PARA EQUIPAMENTOS DE
DESCONTAMINAÇÃO DE AR AMBIENTE**

1. Objeto

Aquisição de filtros para substituição nos equipamentos de descontaminação de ar ambiente da SAMED.

2. Motivação e finalidade

A fim de manter a qualidade do ar no ambiente de atendimento médico e odontológico na SAMED, existe a recomendação do fabricante dos equipamentos de descontaminação do ar ambiente de substituição periódica dos elementos filtrantes dos mesmos (pré-filtros e filtros absolutos do tipo HEPA). Para cumprir a recomendação técnica é imperativo que a SAMED possua estoque dos referidos filtros.

3. Especificação dos produtos

Os equipamentos de descontaminação do ar ambiente adquiridos pelo TRE-CE são fabricados pela empresa Linter Filtros, sendo do modelo UDL 500PR. Necessita-se, pois, de pré-filtros e filtros absolutos HEPA compatíveis com os equipamentos em questão.

Abaixo o item objeto deste termo de referência:

ITEM	DESCRIÇÃO	FORNECIMENTO	QUANTIDADE	CATMAT
1	Pré-filtro para unidade de descontaminação de ar UDL 500PR Fabricante: Linter Filtros Dimensões: 295 x 495 x 45 mm Manta sintética plissada – Classe G4 (NBR16101) CÓDIGO FG05X01295 (referência fornecida pelo	UNIDADE	20	BR0473696

	fabricante do equipamento)			
2	<p>Filtro absoluto tipo HEPA para unidade de descontaminação de ar UDL 500PR Fabricante: Linter Filtros</p> <p>Dimensões: 295X495X75 mm Classe H14 (EN1822) ou ISO45H (NBR ISO29463-1)</p> <p>CÓDIGO LFA01P00735 FILTRO HEPA CRS-H14-AA-B2-STD-T (referência fornecida pelo fabricante do equipamento)</p>	UNIDADE	05	BR0473705

4. Critério de escolha do preço

4.1. O julgamento das propostas levará em consideração o critério menor preço por item, desde que atendidas as exigências de compatibilidade deste Termo de Referência.

4.2. As propostas deverão ser apresentadas contemplando 100% (cem por cento) dos quantitativos fixados por item deste Termo.

5. Condições da entrega e recebimento do material

5.1. Após a emissão da nota de empenho e ciência da mesma por parte do fornecedor, o material deverá ser entregue na sede do TRE-CE, na SAMED (Seção de Assistência Médica e Odontológica), no horário das 14:00 às 18:00 horas, de segunda a quinta-feira, e sexta-feira, de 08:00 às 12:00h, no prazo máximo de 30 dias corridos, para conferência.

5.2. Devido à pandemia, e em função dos servidores da SAMED estarem em teletrabalho, solicitamos o agendamento da entrega através do e-mail samed@tre-ce.jus.br.

O material será recebido:

5.2.1 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação de cada item;

5.2.2. Definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega provisória, após a certificação da boa qualidade, funcionalidade e da exata quantidade do material.

5.2.3. No decorrer desse prazo, se for constatado algum equívoco no fornecimento do material, a empresa será comunicada para se pronunciar quanto à entrega ou troca de eventuais itens incorretos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

5.3. Os prazos indicados para entrega do material acordado neste item poderão ser alterados, haja vista os imprevistos em geral, que podem ser ocasionados pela pandemia do COVID-19, evitando, dessa forma, causar possíveis transtornos para ambas as partes da avença, conforme PRESCRITO EM DECRETO DO GOVERNO FEDERAL.

6. Deveres e obrigações do TRE-CE

Uma vez decidida a contratação, o TRE/CE compromete-se a:

a. Notificar o fornecedor registrado, através da transmissão, por correio eletrônico, da Nota de Empenho. Para tanto, durante o Pregão Eletrônico, o licitante deverá fornecer, no corpo da proposta, um endereço eletrônico para comunicação com o representante da empresa;

b. Permitir ao pessoal da contratada o acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança (inclusive no que tange às recomendações sanitárias decorrentes da situação de emergência em saúde pública atual);

c. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais;

d. Promover, através de seu gestor, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando ao fornecedor as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;

e. Proporcionar ao fornecedor as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente o serviço contratado.

f. Fornecer as informações necessárias e dirimir quaisquer dúvidas sobre a entrega do material, proporcionando à Contratada facilidades para que possa realizar normalmente o fornecimento dos materiais.

g. Efetuar o pagamento, de acordo com o preço e condições estipulados na proposta de preços da Contratada;

h. Comunicar, no ato da liquidação da despesa, através da Seção de Contabilidade, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos à Contratada, segundo o disposto no artigo 63 da Lei nº 4.320/64.

7. Obrigações da Contratada

7.1. Assinar o Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação;

7.2. Entregar os materiais solicitados, no prazo estipulado, conforme especificação da proposta / amostra aprovada;

7.3. Substituir os materiais entregues com eventuais defeitos de confecção e/ou fabricação ou que apresentarem eventual alteração de suas características, quando for o caso, desde que não causada por inconveniência na estocagem ou pelo uso pela SAMED, caso fortuito, negligência, ou por terceiros;

7.4. A Substituição de que trata o subitem anterior deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação feita pela SAMED;

7.5. Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.6. Aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades licitadas.

7.7. Entregar material obedecendo estritamente às especificações constantes na descrição do material e, de acordo com as marcas cotadas durante o processo de licitação.

7.8. Entregar materiais com prazo de validade mínimo de 18 meses a contar da data de entrega dos mesmos ao TRE-CE.

7.9. Para produtos que exijam registro na Anvisa, propor marcas cujo registro esteja válido.

8. Pagamento

8.1 Após verificado que o serviço se encontra de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, exceto para os pagamentos decorrentes de despesas até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

8.2 O serviço excedente às 3 remoções será pago, após devida conferência de sua execução, para tanto deverá ser imediatamente comunicado à Seção de Assistência Médica e Odontológica.

8.3 Os materiais utilizados em eventual atendimento ficarão por conta da contratada.

8.4 Enviar, no ato do faturamento dos produtos, através do endereço eletrônico samed@tre-ce.jus.br, em formato pdf, a nota fiscal eletrônica, as certidões tributárias (FGTS, Trabalhista e Negativa de Débitos Federais e quanto à Dívida Ativa da União).

8.5 As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.

8.6 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012.

9. Penalidades

9.1. A contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

9.2. O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- i. Advertência por escrito;
- ii. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do item, por dia de atraso injustificado no cumprimento dos prazos de entrega previstos no Termo de Referência;
- iii. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- iv. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- v. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-CE por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- vi. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002;
- vii. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

9.3. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-CE, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

9.4. As sanções estabelecidas nos itens 10.2.a, 10.2.e, 10.2.f e 10.2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente àquelas previstas no item 10.2.c e 10.2.d, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.5. Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação de penalidades serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

9.6. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data da intimação.

9.7. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa que for aplicada à CONTRATADA será automaticamente descontado da nota fiscal a que vier fazer jus, inclusive de faturas oriundas de outros contratos celebrados com o TRE-CE. em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, será enviada GRU e caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição na dívida ativa da união e cobrado com base na lei n.º 6830/80 sem prejuízo da correção monetária pelo índice geral de preços do mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

10. Vigência

A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

11. Da gestão e fiscalização do contrato

11.1. Serão designados como gestor e suplente deste contrato, respectivamente, as servidoras **Ana Edite Coelho de Queiroz e Josélia Maria Viana Souza**.

11.2. O gestor será o responsável pela comunicação à Contratada da necessidade do serviço que poderá ser feito por meio telefônico, e-mail, ou envio de correspondências bem como poderá solicitar explicações quanto às faltas da contratada, podendo, encaminhar à autoridade superior a ocorrência de problemas encontrados e não solucionados para providências.

Fortaleza, 03 de Novembro de 2020.

Ana Edite Coelho de Queiroz
Analista Judiciário – Apoio Especializado – Odontologia
CRO-CE 2558
Matrícula 14332

Kleirton Ibiapina Alves
Analista Judiciário
Chefe da SAMED

De acordo:

Jarbas Marinho
Secretário de Gestão de Pessoa

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 03/11/2020 13:10:40
Por: ANA EDITE COELHO DE QUEIROZ e outro